

# RESOLUÇÃO Nº 132/99 - REVOGADA

(Publicada no Diário Oficial de 31/12/1999)

Ratificada e Retificada pela Resolução nº 21/02.

Alterada pela Resolução nº 23/10.

Revogada pela Resolução nº 43/10, no seu art. 4º.

Ver Resolução nº 06/11, que esclarece o período de fruição do benefício do Crédito Presumido para a empresa CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, CNPJ nº 13.786.785/0001-11 e IE nº 000.002.260NO.

**Fixa o percentual a ser utilizado como Crédito Presumido pela CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos do § 1º, do art. 6º da Lei nº 6.335, de 31 de outubro de 1991, Decreto nº 7.271, de 01 de abril de 1998 e alterações posteriores,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Fixar em 95% (noventa e cinco por cento) o percentual do crédito presumido do ICMS a ser utilizado pela CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, nas operações de saídas de pisos e revestimentos esmaltados.

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 23, de 24/05/10, DOE de 25/05/10, efeitos a partir de 25/05/10.

**Redação anterior dada ao art. 1º pela Resolução nº 21, de 20/01/03, DOE de 22/01/03, efeitos de 22/01/03 a 24/05/10:**

*"Art. 1º Fixar em 85% o percentual do crédito presumido do ICMS a ser utilizado pela CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, nas operações de saídas de pisos e revestimentos esmaltados."*

**Redação original, efeitos até 21/01/03:**

*"Art. 1º Fixar, "ad referendum" do Conselho Deliberativo, em 75% o percentual do crédito presumido a ser utilizado nas operações de saída de pisos e revestimentos esmaltados realizadas pela CERAMUS BAHIA S/A - PRODUTOS CERÂMICOS, instalada no município de Camaçari, neste Estado e inscrita no CAD-ICMS sob o código de atividade econômica nº 2641-7/02, nos termos do art. 2º do Decreto nº 7.271, de 01.04.99"*

**Art. 2º** O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção pelo prazo de 10 (dez) anos, fixando o prazo final para 31/12/2020.

**Nota:** A redação atual do art. 2º foi dada pela Resolução nº 23 de 24/05/10, DOE de 25/05/10, efeitos a partir de 25/05/10.

**Redação original, efeitos até 24/05/10:**

*"Art. 2º O prazo do presente benefício contar-se-á a partir da apuração do ICMS referente ao início da produção pelo prazo de 10 (dez) anos."*

**Art. 3º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte da empresa.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 30 de dezembro de 1999.

**BENITO GAMA**  
Presidente